



Centralidades na Província Fluminense: Geografia Histórica, Cidade e Região

Autores:

Valter Luiz de Macedo - UERJ - vlmacedo.uerj@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho, que analisa aspectos da formação territorial fluminense no período imperial, reforça a ideia de que uma análise de fato geográfica dos espaços deve incorporar uma dimensão também temporal visto que toda forma social é produto historicamente construído em um espaço e que este, a cada momento, denota processos de diferentes expressões de tempo. Assim, entende-se que analisar o território fluminense durante o XIX, quando se institui no Brasil um projeto nacional, significa observar como dadas frações desse território configuraram espaços diferenciados no contexto político, econômico e social da província, notadamente em seu viés urbano. E como premissa, adota-se a ideia de que o projeto nacional pretendido, de lastro fundamentalmente territorial, considerou o espaço citadino como mecanismo articulador de esferas regionais. É, neste sentido, que associamos os conceitos de cidade e região em nossas discussões sobre uma possível geografia histórica do atual estado do Rio de Janeiro.

CENTRALIDADES NA PROVÍNCIA FLUMINENSE

Geografia Histórica, Cidade e Região

INTRODUÇÃO

O período imperial brasileiro marcou o surgimento de um projeto de Nação que, realizado pelas elites políticas e econômicas, mantinha as características estruturais da sociedade colonial a exemplo da centralização do poder, da forte desigualdade de classes, da manutenção de privilégios e, sobretudo, da escravidão. Tal período deve ser visto como um momento em que se forja uma unidade nacional através da formação de uma hierarquia brasileira de valores e pela nobilitação dos senhores rurais agrupados em torno do Imperador. Este arranjo sociopolítico definiu uma ordem imperial marcada por um Estado conservador que via no território o elemento de coesão das elites e no mote ideológico de “construção da nação” a retórica para a manutenção do controle tanto da unidade quanto do controle territorial nas formas até então consagradas.

A manutenção efetiva da unidade territorial do império pressupunha o seu efetivo controle, sobretudo, em se tratando de uma imensa extensão física ocupada de forma descontínua ao longo do tempo. Para além das atividades de ordem econômica assentada na produção agrícola, a gerência do espaço interno e o controle de suas relações e fluxos nos moldes pretendidos passaram a ser uma questão essencial para a própria manutenção de um poder centralizado como o foi o monárquico no Brasil. É, nestes termos, que nosso trabalho sinaliza para uma política imperial voltada para o fortalecimento da unidade territorial através da instituição de vilas e cidades como base levada à prática quando da configuração adotada pelo emergente espaço nacional.

Investigamos, portanto, o uso político das cidades (ou assentamentos urbanos de natureza e magnitude distintas) que passam a ser tomadas como centros do exercício de tais funções (no plano administrativo e de controle) e como nós na rede de comunicações e transportes que havia de ser montada nos padrões estabelecidos pelo nível técnico disponível na época pelo império brasileiro. Falamos aqui de uma rede de assentamentos urbanos com funções específicas (repetimos: rede incipiente, é bem verdade, mas integradoras uma vez que possibilitavam as comunicações pretendidas naquele momento) como forma de regulação e controle sobre uma dada região e de um projeto nacional visto como ações territoriais nestas escalas geográficas em essência.

Pensamos que a província fluminense, entorno imediato da capital imperial, demanda estudos sobre a relação cidade e região no contexto da política territorial do Império brasileiro. Dados dão conta de que a área do atual Estado do Rio de Janeiro, que até

o fim do período colonial contava com 15 núcleos urbanos, registrava na década de 1890 um total de 48, além de uma série de “fixos” instalados em seus distintos centros urbanos que vão se constituir em “centralidades” no território que se apropriava. Tais números precisam ser investigados. E investigados de maneira a considerar as especificidades do estudo sobre o espaço em tempos pretéritos.

O TEMPO NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Buscando alinhar-se aos debates mais recentes no campo da Geografia Histórica, este texto reforça a premissa de que uma análise de fato geográfica dos espaços incorpora necessariamente uma dimensão também temporal visto que toda forma social é produto historicamente construído em um espaço e que este, a cada momento, denota processos de diferentes expressões de tempo. No falar de Santos (2004, p. 159), inclusive, “a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é o que constitui o domínio propriamente dito da Geografia”. Por isto, não apenas a pertinência mas a própria necessidade de se considerar as relações entre espaço e tempo no âmbito da Geografia como um todo em seu exercício de análise dos espaços geográficos.

Neste sentido, e na linha do que indicou Abreu (2000 e 2014), pontuamos que, ao se estudar o espaço no tempo pretérito, é importante adequar para o entendimento do passado as variáveis que operacionalizam as categorias de análise da Geografia (estas sim universais), contextualizando os processos estudados através tanto da análise do que se produziu sobre eles (nos recortes temporal e espacial adotados) quanto da investigação necessária às fontes primárias de informação (entendendo-as sempre como fragmentos da realidade e como narrativas de poder).

Tais pontos configuram, portanto, a busca por um “enquadramento espaçotemporal” sugerido pelo referido autor para os estudos do espaço no tempo para que tal quadro referencial possa ser efetivamente analisado à luz dos conceitos e variáveis trazidos como adequados à pesquisa geográfica pretendida. Em outras palavras, não é apenas a recuperação das formas morfológicas e dos “fixos” (SANTOS, 2004) construídos no espaço que deve basear tal pesquisa. Para além da sua dimensão material, o que deve iluminar os estudos é a compreensão do que o referido autor chamou de “dimensão dos comportamentos obrigatórios” que são, em última análise, as formas jurídicas e sociais vigentes numa dada sociedade e em um dado tempo.

Neste caminho a ser seguido por pesquisas históricas em Geografia, a exemplo de Silva (2012), de imbricação da materialidade do espaço com os processos em distintas escalas temporais, há de se destacar o papel instrumentalizador das técnicas humanas (desiguais no decorrer do tempo e entre distintas sociedades, inclusive, em um mesmo momento histórico) como necessidade colocada para tais estudos.

Está na base da Geografia como ciência renovada e crítica a consideração de que é através do uso das técnicas que, de fato, a relação entre homem e meio se estabelece. E isto

independe do tempo analisado, variando sobremaneira em sua complexidade. Assim, é correto formular a premissa de que as técnicas (desde as mais simples) são os meios através dos quais os homens historicamente estabelecem seus processos e formas de vida, estabelecem meios de subsistência ou de produção econômica avançada, estabelecem enfim formas específicas de produção do espaço em última análise. E este caráter é fundamental para os estudos de geografia histórica uma vez que “as técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham” (SANTOS, 2004, p. 54).

É este o caminho que adotamos na pesquisa: uma tentativa de “empiricização” do tempo através do levantamento dos “fixos” construídos no espaço em momento pretérito (documentados em fontes primárias e secundárias de informação), a partir de Macedo (2008), como possibilidade de sistematização e compreensão de características, discursos e ideias vigentes no recorte temporal tomado como objeto de pesquisa.

Em um contexto de construção da nação como ocupação do solo, investigamos se os núcleos urbanos (ou alguns) constituídos denotavam fins regionais, buscando perceber os marcos administrativos e/ou de serviços que conferiam “centralidade” a alguns núcleos urbanos na província fluminense: comarcas, distritos eleitorais, freguesias, mercados, sedes policiais, tribunais, escolas/liceus, hospitais, fluxos, etc..

Junto ao desafio de levantamento de tais formas materiais do/no espaço, interessamos também a compreensão sobre dados aspectos do contexto social e discursivo da época para discutirmos, à luz de uma Geografia Urbana e Regional em perspectiva histórica, o que tornava, naquele tempo e de fato, um núcleo urbano central (se assim o podemos dizer) ou, em outras palavras, importante em um dado recorte territorial, elencando elementos importantes para o estudo sobre a gênese do território fluminense a partir do entendimento de um arranjo espacial fruto de um plano regional de urbanização.

O URBANO E OS CONCEITOS NO PASSADO

Observar teoricamente a constituição das cidades brasileiras em momentos pretéritos, no que diz respeito às suas características e relações, não é tarefa elementar. A despeito do fato de que muitos autores têm dado contribuições importantes para as discussões, a questão dos conceitos a serem considerados para a análise das formações urbanas do passado continua posta.

No contexto de uma ex-colônia que se torna Império quando o mundo, liderado por forças econômicas provenientes do continente europeu, caminha para a afirmação e expansão do capitalismo em sua fase industrial, tomamos a cidade como um ponto do espaço geográfico que, considerada expressão de controle sobre um território conquistado e símbolo de poder, avança na apropriação dos excedentes agrícolas, canalizando e controlando a produção rural rumo à sua exportação. Neste sentido, parece-nos profícua a

lembrança que nos fazem Lencioni (1999) e Corrêa (2000) quanto ao cerne das discussões sobre região em Geografia, qual seja a diferenciação de áreas e a relação entre partes e todo de um dado território. Mais: se seguirmos ainda Corrêa (2006) e utilizarmos o termo “rede urbana” como o conjunto de núcleos urbanos funcionalmente articulados entre si ou a um núcleo principal através de acessos materializados no território, poderemos falar em uma “divisão territorial do trabalho” que enfatiza o papel da rede urbana através das funções de suas cidades e “áreas de influência”.

Na rede, cada cidade assume um papel específico, através de diferentes modos e intensidades, e a sua existência tornar-se-á inviabilizada quando este papel, por um motivo qualquer, não puder mais ser desempenhado ou deixar de ser necessário.

Essencial para nosso estudo é perceber, nos moldes definidos pelo autor em tela, que as cidades no Brasil configuraram desde o início um modelo espacial mais simples de rede urbana geralmente orientada pela rede fluvial existente e caracterizada pela primazia de única cidade e sua hinterlândia. Assim, para Corrêa (2006), há de se constatar que tanto mediações e fluxos pouco complexos neste modelo de rede acabam por beneficiar a cidade principal em detrimento de outras quanto o fato de que a herança deixada no espaço pela forma dendrítica original da rede urbana no Brasil não desapareceu totalmente com o padrão mais complexo que o processo evolutivo da organização espacial da rede urbana brasileira viria a tomar.

Tais considerações reforçam nosso objetivo de estudos. Em nosso olhar sobre o Brasil do passado, um caminho metodológico que nos parece oportuno relaciona cidade e região através dos circuitos ou redes “dendríticas” criadas entre os núcleos que emergiam no território, mostrando como determinada cidade espelhou a região em que estava inserida e, por outro lado, como determinadas regiões refletiram a ação dos atores hegemônicos urbanos a elas associados.

Quando se pensou em um projeto nacional para o Brasil, as redes criadas desempenharam papel primordial na unidade territorial e na articulação do Império ao circuito econômico que se mundializava. Através de sua função de intermediação, podemos olhar as redes urbanas regionais como parte da divisão internacional do trabalho visto que, no contexto das sociedades modernas, a rede urbana foi a forma espacial adotada para a criação, apropriação e circulação do excedente ou, em outras palavras, para a viabilização dos ciclos de exploração da economia capitalista (CORRÊA, 2006).

Na escala regional, vista aqui em seus níveis possíveis e distintos de conteúdos para análise (CASTRO, 1995), há de se observar que muitas cidades não tardaram em funcionar como local de consumo da renda fundiária, uma vez que pelo fato dos proprietários rurais nela residirem, parcela importante do valor excedente produzido no campo era transferida para o ambiente urbano. Neste ponto, reforçamos a importância de estudos em geografia histórica que analisem a estruturação do território a partir das redes formadas em diferentes tempos como expressão da drenagem da renda fundiária no Brasil, estudo este que põe lado a lado a ação do Estado e das oligarquias rurais com a configuração espacial resultante e condicionante de tais relações.

Sabemos que a constituição de uma rede urbana brasileira ocorreu de forma lenta nos quatro primeiros séculos, ao ritmo da exploração do vasto território e caracterizada por baixas densidades. Apenas no XIX, esta dinâmica sofre alterações significativas. Assim, tomamos o território fluminense e sua sociedade nobiliárquica e estratificada como realidade para nossos estudos sobre a estruturação de um território no que se refere às relações estabelecidas através dos sistemas de transportes implantados e da natureza dos núcleos urbanos que surgem no contexto da política territorial do Império brasileiro.

IMPÉRIO BRASILEIRO: UNIDADE E CONTROLE DO TERRITÓRIO

A apropriação do ideário de nação moderna pelas elites políticas e econômicas brasileiras no período imperial consubstancia uma percepção de país associado apenas ao seu território e tal retórica contextualiza as práticas de base territorial também no caso da província fluminense. Moraes (2005, p. 97), a esse respeito, sentencia que “ali onde a história pouco fornece para a elaboração de uma identidade regional, os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais, um espaço a ser conquistado e ocupado”. Ressalta-se aqui a importância das ideias e das ações políticas de base eminentemente territorial nos moldes apontados também por Costa (2001).

No caso brasileiro, a ideia de “imaginação” é central como ferramenta explicativa da construção ideológica e material da nação no que diz respeito, sobretudo, às concepções de patriotismo e ao estabelecimento das fronteiras do Império. Parece-nos que tal ideia confirma, por exemplo, a expressão “comunidade imaginada” de Anderson (1989). No que concerne à fundação imaginária e simbólica da nacionalidade brasileira, lembremos de Marilena Chauí (2000) quando nos fala que “para realizar tal tarefa, o poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz é a nação” (CHAUÍ, 2000, p. 14). Neste sentido, ressaltamos que o poder político utiliza a ideia de nação para produzir uma unidade pretendida, inclusive, para a sociedade a ser integrada por valores que emanariam, por exemplo, da escola, do patrimônio histórico e geográfico e artístico a ser construído a exemplo dos monumentos celebratórios previamente pensados. Antes de qualquer coisa, semióforo é imagem e representação e, como fica evidente nas palavras da autora, o poder político aparece como agente principal na sua produção e reprodução. A questão dos mitos neste processo também merece ser observada e, neste sentido, devemos pensar a construção da nação brasileira como um processo de escolha de narrativas e de mitos a serem contadas como organizadores da nossa história.

Destas considerações, constatamos o papel central do Estado na construção da narrativa da nação brasileira e, assim, confirmamos a assertiva de Hobsbawm (1990) na qual “as nações não fazem Estados e nacionalismo, mas o contrário”. A esse respeito, Graham (1997), ao observar em parte de seu livro a questão dos Estados-nacionais no contexto da América Latina, reafirma que “a nação não teria existido sem o Estado, que o moldou

através dos séculos XIX e XX” e ainda repete que o mesmo ocorreu no subcontinente como um todo.

Sobre a centralização no Brasil promovida pelo Estado, Barman (1988) declara que a unidade nacional foi, em grande parte, criada por um governo central e Sérgio Buarque de Holanda destaca que “a unidade nacional (...) estará ao ponto de esfacelar-se nos dias que imediatamente antecedem e sucedem à proclamação da Independência. Daí por diante irá fazer-se passo lento de sorte que só em meados do século pode dizer-se consumado” (HOLANDA, 1962, p. 16). Apesar dos movimentos separatistas e revolucionários no Império, foi notória a união dos interesses dos senhores de terras e da economia ao poder central e, para a compreensão deste fato, vale registrar o argumento trazido por Mattos (1994). O autor se concentra no período de meados da década de 1830 até o início da década de 1860 e postula um bloco de fazendeiros de café recentemente enriquecidos, da região do Rio de Janeiro, liderados por um pequeno grupo de políticos/estadistas ativos, ou saídos daquele bloco ou ligados a ele por laços de casamento, esforçando-se com sucesso para absorver líderes de outras regiões, formando uma classe única. Esta classe se definia por sua oposição a outras classes, especialmente aos escravos, mas também à plebe urbana rude e inquieta. Para ele, essa classe senhorial abraçou uma ideologia da ordem desenvolvida e defendida por advogados, juízes, jornalistas, professores, médicos, empresários, políticos e burocratas, isto é, os gramscianos “intelectuais orgânicos”. Através do próprio processo de formação de uma classe poderosa que dominava todo o Brasil, prossegue o autor, emergiu um forte Estado centralizado. Mattos entende esse Estado não como um simples aparato coercitivo, mas como um instrumento de orientação intelectual e moral. Por meio dele, a classe senhorial construiu sua própria unidade e expandiu seu poder, tanto horizontalmente, por todo o território brasileiro, quanto verticalmente sobre maiores segmentos da população livre, não impondo a submissão, mas incorporando esses grupos à “civilização”. Assim, através da aceitação de um Estado centralizado foi a premissa para a formação de uma nação. Interesses materiais e econômicos forjaram um Estado centralizado e a unidade nacional pretendida no discurso imperial.

Segundo Moraes (2005), lembremos que, nos países de formação colonial, a dimensão espacial adquire considerável importância na explicação de suas dinâmicas históricas, pois a colonização é um processo em si que relaciona sociedade e espaço. A partir desta lembrança e das mudanças anunciadas e discutidas até aqui, destacamos que a questão da unidade territorial, necessidade da nação como “semióforo”, sugere que argumentos de índole geográfica possibilitam discursos legitimadores do Brasil como espaço a ser conquistado. E esta necessidade perseguida coloca em evidência uma outra face do processo: a que nos mostra que o padrão discursivo básico do século XIX estruturou-se em torno do conceito de “civilização” e da empreitada monárquica que se imbuíu de uma missão civilizadora. E, nesta nova frente, o papel dos núcleos urbanos é mais uma vez essencial. Eles passariam a ser tomados como espaço dos semióforos desejados mais do que simples pontos de conexão de uma rede para articulação regional e do Império como um todo.

Martins (2005) revela como outro viés importante, o jurídico-institucional, nos ajuda a entender a monarquia constitucional brasileira a partir de um longo processo de organização de uma autoridade central no qual a instituição do Conselho de Estado

desempenhou papel fundamental. Este Conselho, estudado pela autora, foi responsável pela montagem da estrutura jurídico-administrativa que fortaleceu as bases do Estado Imperial, constituindo-se em espaço de negociações, acomodação dos conflitos e conciliação de interesses das elites. Para ela, a compreensão das ações e do comportamento das elites imperiais brasileiras (que não representavam um todo uno nem um grupo isolado) pode ser alcançada através da análise da dinâmica desta instituição e da identificação de suas redes de sociabilidade e parentesco que eram estruturalmente confirmadas a cada momento. Em última análise, os membros do Conselho de Estado integravam diferentes grupos que se perpetuavam e se constituíam desde o século anterior baseados em grupos familiares tradicionais e suas alianças clientelistas (poderes regionais submetidos ao poder central). Gravitando, assim, em torno dos cargos mais importantes, a elite brasileira em suas diferentes representações acabava por sustentar o equipamento do Estado, tornando-o a sua própria razão de ser. Vale enfatizar aqui que, nesta lógica, a população, de uma forma geral, foi pensada apenas como instrumento do processo, e não o próprio objetivo da nação.

Resta-nos reafirmar o papel representado pelos núcleos urbanos com espaço preferencial para a manifestação e reprodução dos semióforos nacionais ante ao projeto proferido como uma de suas funções mais importantes a ser compreendida. Dito isto, resta-nos também considerar a observação clássica da cidade como nó articulador de uma rede regional e/ou nacional. E, neste sentido, destacamos o seu caráter regional como profícuo caminho para a compreensão das determinações históricas analisadas até aqui em seu rebatimento no território fluminense.

APONTANDO DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS NA PROVÍNCIA FLUMINENSE

Vimos afirmando que a unidade de controle territorial alvejada pelo poder central era, em essência, a região. E esta era atingida, na prática, através das cidades e redes para que, subjugadas, tais porções maiores do espaço viessem a se tornar realmente território imperial. Cabe aqui, portanto, elencar algumas das medidas de ordenamento territorial vigentes na província (a exemplo das freguesias e comarcas) e as principais dinâmicas econômicas desenvolvidas no território fluminense no período imperial (notadamente as questões do café e do açúcar), bem como a importância dos caminhos para “fluidez” no território e, sobremaneira, o a instituição das grandes propriedades de terra na província. Começemos pela questão dos “fundos territoriais” (MORAES, 2005) que congregaram elites e impuseram dinâmicas espaciais importantes.

A partir de 1821, com o fim do regime de sesmarias e a transformação das capitânias em províncias, abre-se um hiato na atividade legislativa sobre as terras no Brasil que se prolonga até a Lei de Terras de 1850. Neste intervalo, observou-se uma progressiva ocupação do solo sem qualquer título e mediante a simples tomada da posse, por vezes através da força e refletindo a forte presença dos senhores na sociedade da época.

A este momento, uma das grandes discussões entre a elite imperial era a escolha dos critérios que definiriam a repartição dos territórios de maneira a contemplar os poderes do Estado, da Igreja e entes econômicos, salvaguardando o discurso dos interesses nacionais. Em termos administrativos, o grande território foi dividido, como dissemos, em províncias e a este tempo também foi legitimada a divisão dos territórios em freguesias, atendendo às estruturas eclesiásticas de poder que vinham do período colonial, em comarcas, unidades de controle jurídico, e em distritos, para fins eleitorais.

De tradição colonial no Brasil, as freguesias passaram a se configurar como uma unidade elementar da partilha e da administração pública, sendo dotada de autoridade militar e policial e de relativa autonomia jurídica. Cada uma delas, também denominada de paróquia, recebia o nome de um santo católico e seu poder se expressava pela influência ideológica da Igreja e, economicamente, pela produção agrícola, pastoril e de serviços, além do acúmulo de propriedades imobiliárias dos grandes senhores de terra localizados sob sua jurisdição. Se no início do século XIX, já se podia falar em pelo menos 46 freguesias instaladas na província do Rio de Janeiro, Chrysóstomo (2006) nos mostra que este total chegara a 81 no ano de 1849 e a 119 em 1870.

Tal expansão nos mostra a necessidade de especialização das medidas de administração territorial e, neste sentido, é importante tecermos algumas considerações sobre a Lei de Terras de 1850. Através dela, legitimava-se a aquisição pela posse no Brasil, mas esta apenas teria validade, isolando-se do domínio público, se levada ao Registro do Vigário, livro de notas da paróquia ou freguesia em que a terra estava localizada. Entre outros tantos aspectos importantes, cabia, portanto, ao pároco das freguesias do Império a indicação das terras que passariam a ser consideradas privadas e aquelas chamadas de devolutas ou do patrimônio das províncias, vindo daí o caráter obrigatório do registro e a importância administrativa das freguesias.

Quanto às comarcas, é sabido que foram instituídas pelo Código de Processo Criminal de 16 de dezembro de 1832, que extinguiu os Juizes Ordinários e estabeleceu a seguinte estrutura para cada uma delas: um Juiz Municipal, um Promotor Público, um Conselho de Jurados, um Escrivão das Execuções e demais oficiais. Como expressão de força das elites ao redor do Imperador, é importante observarmos que, para o caso do Ministério Público, uma lista tríplice deveria ser apresentada pelas Câmaras Municipais para que os promotores fossem nomeados por um período de três anos pelo governo na Corte e pelos presidentes de província.

Tal decisão passou a ser ainda mais centralizada através da reforma do Código de Processo Criminal de 03 de dezembro de 1841, quando os promotores não seriam mais indicados por lista elaborada pelas Câmaras Municipais, mas seriam diretamente nomeados pelo Imperador ou pelos presidentes de província para cargos agora com tempo indeterminado. Além do mais, cada comarca contaria agora com apenas um promotor e não mais quantos fossem os seus termos. Apenas nos casos das comarcas mais importantes, poderia haver a nomeação de mais de um promotor.

Segundo o CIDE (1998), se ainda no início de século XIX existiam apenas as comarcas de Rio de Janeiro, Ilha Grande, Paraíba Nova, Cantagalo, Cabo Frio e Campos dos

Goytacases, em um total de 6, este número passou para 9 em 1835 (com o novo arranjo territorial, surgem novas denominações como Resende, Vassouras, Angra dos Reis, Município Neutro, Niterói e Itaboraí) e para 13 em 1866 (a nova configuração faz surgir comarcas como a de São João Príncipe, Magé e Estrela), denotando subdivisões sucessivas do território que, pelo crescimento em importância, deveria ser administrado de forma mais próxima. Para Fridman (2005), “esse aumento do número de comarcas pode ser interpretado como uma preocupação por parte do Governo Provincial com a gestão política, judiciária, fiscal e militar do território fluminense, isto é, com uma divisão regional atrelada ao surto urbano.”

Neste contexto, eram os municípios mais importantes que funcionariam como “cabeça de comarca” e teriam sua influência mais uma vez confirmada sobre determinadas regiões da província. E o processo de criação de novas comarcas e elevação do status de determinados núcleos urbanos seguia a ponto de Chrysóstomo (2006) indicar que, em 1885, já eram 25 as comarcas instaladas na província. Delas, além da Corte, destacavam-se, sem dúvida alguma, a de Campos dos Goytacazes e a de Vassouras.

Tecidas estas considerações, é importante observarmos que municípios realmente se destacavam neste território em expansão (visto que assumiriam funções de primazia na rede urbana que se estruturava, refletindo, segundo nossa análise, a forma através da qual o Império organizava administrativamente a Nação). Também se faz necessária a análise do processo de ocupação das terras do interior fluminense desde o seu início, durante o século XVIII, quando da atividade mineradora no interior da Colônia.

No caso do Vale do Paraíba do Sul, notamos que a ocupação se deu pela ação controlada direta ou indiretamente pelo Estado visando a conquista do solo para o mercado interno e estrangeiro. Com objetivos similares, e partindo da cidade do Rio de Janeiro ou chegando até ela, importantes caminhos desenhavam o mapa das comunicações estabelecidas até então entre a Capital e sua hinterlândia, seja em traçado “direto” rumo às minas (através de localidades como Petrópolis e Três Rios, por exemplo) ou mais “circulares” como os que atingiam São Paulo ou os que exploravam o baixo curso do rio Paraíba do Sul, na atual região norte do Estado.

Fridman (2017) indica a importância de tais caminhos no estabelecimento de comunicações e fluxos de mercadorias entre diversas localidades, enfatizando que eles foram abertos por particulares por cláusula nas cartas de sesmarias e, em muitos casos, aproveitavam o traçado derivado de antigas vias de circulação indígena. Ressaltou também que, por estes caminhos, surgiram aglomerados, pontos de feiras periódicas, vilas, cidades, sítios, fazendas, além de outras estradas tributárias, e que a prática de abertura de novas vias de circulação se intensificou com a atividade cafeeira.

Observamos que um comércio de gêneros alimentícios e de animais que, originário das Minas Gerais se articulava com o Rio de Janeiro, originou um setor de subsistência mercantil também responsável pela ocupação do interior fluminense. Os recursos e os caminhos das tropas tiveram destaque na expansão da economia cafeeira e de seus valores sociais. Por estas vias de penetração, fornecia-se à capital considerável parte dos gêneros agrícolas que consumia, circulavam informações e estabeleciam-se engenhos produtores de

açúcar e as primeiras fazendas de café. A articulação entre produção e comércio, viabilizada pelo crescente número de caminhos propiciou inclusive a formação de núcleos de povoamento, como já dito.

Desta forma, podemos entender que, desde os primórdios da ocupação e exploração do território fluminense, as atividades realizadas encontravam como eixo principal as estradas coloniais, tendência que persistiu durante o século XIX quando as grandes fazendas cafeicultoras (no Vale do Paraíba), o dinamismo açucareiro (na “região” de Campos dos Goytacazes) passaram a desempenhar papel de referência no “mapa das interações possíveis”, ostentando a riqueza que sustentou o Império. Na contrapartida, áreas da província como o litoral sul (Angra dos Reis e Parati) viveu momento de decadência e isolamento com a abertura das novas dinâmicas econômicas e seus correspondentes eixos espaciais. Como já havíamos apontado, ocorreu com esta porção sul da província o caso em que a importância de uma cidade em uma dada rede tornar-se inviabilizada quando seu papel, por um motivo qualquer, não pode mais ser desempenhado ou deixa de ser necessário.

Sobre estas questões, ressaltamos a articulação de um capital fundiário brasileiro e um capital produtivo internacional para a construção de ferrovias que viriam agilizar a produção e consolidar uma infraestrutura de transportes. O ponto a ser considerado é aquele que marca um processo de integração entre distintas regiões, entre produção e comércio, potencializado pelo advento das ferrovias, mas não iniciado através delas. As vias de circulação e de comunicação, mesmo que mais lentas, já estavam delineadas como testemunho da lógica social, política e econômica em vigor no território em tempos pretéritos. No entanto, a rede pensada e estabelecida não fugia de sua definição teórica e afirmava seu caráter seletivo do espaço tornado território.

Neste sentido, lembremos Fridman (2005) a nos indicar a ocupação territorial de caráter planejado na região fluminense do “sertão d’oeste”. Processo este que teve sua expansão no período associada ao café e que compreendia as localidades de Resende, Paraíba do Sul, Piraí, Paty do Alferes, Sacra Família do Tinguá, Vassouras, Mendes e Miguel Pereira. Para a autora, tal planejamento, consubstanciado em um projeto de colonização, está reportado também à fundação de comarcas que compuseram a hinterlândia da cidade do Rio de Janeiro. E, nestes termos, propõe uma volta ao tema urbanização articulado a projeto de colonização.

Após lembrar a “onda” colonizadora desta parte do território fluminense por obra da chamada “civilização do café”, com nítido plano regional de urbanização que avançava a interiorização já pensada desde metade do século XVIII ainda por Portugal, a autora enfatiza que uma política oficial de povoamento, vinculada aos interesses particulares de base agrícola, promoveram alterações territoriais significativas durante o século XIX. E complementa com precisão tais características do processo que marcamos aqui quando se refere ao Vale do Paraíba fluminense como representativo da expansão da fronteira agrícola através dos latifúndios, da violência dos brancos contra os escravos negros e nativos, da fundação de colônias de parcerias e da criação de freguesias, vilas e comarcas como polos de poder político (FRIDMAN, 2005).

Destacamos ainda que, neste contexto de afirmação cafeeira, os eixos dinâmicos da economia fluminense (e nacional) partiam da cidade de Rio de Janeiro e se dirigiam para Resende (no sertão d'Oeste), para São Gonçalo (no sertão do leste) e para Cantagalo, nas serras do centro-norte da província. Ao longo dos caminhos abertos, a expansão da fronteira agrícola dinamizava as economias regionais, fazendo, inclusive, expandir os contingentes urbanos e suas atividades.

Sobre a questão específica do trato do território neste momento, é fundamental destacar que a marca da espontaneidade dos lugares, registrados em diversos pontos do território, cede vez para uma ação cada vez mais planejada. Fala-se agora em um aparato burocrático que alia companhias de colonização e grandes proprietários fundiários de forma que novos pontos do território vão se constituir em centros de administração da vida econômica e social. Este surto urbano no território fluminense trouxe mudanças significativas como a valorização do solo e a sua concentração, a expulsão dos posseiros das terras e a transformação de significativa parte deste contingente em agregados das grandes fazendas de café e a criação de vilas ou elevação de pequenos núcleos urbanos a esta categoria. São exemplos ocorridos no período imperial: Valença (1823), Mangaratiba (1831), São Sebastião de Barra Mansa (1832), Vassouras (1833), Paraíba do Sul (1833) e Sant' Anna do Pirai (1837).

Este dinamismo também se refletia no aumento da população urbana na região e o exemplo de Vassouras é bastante ilustrativo: 20.589 habitantes em 1840 (sendo 14.333 escravos) e mais de 35.000 em 1850 (20.158 escravos). E o aumento populacional condicionava uma maior complexidade na vida econômica e social através, por exemplo, da vinda de diferentes artífices, portugueses, imigrantes e mascates para estes novos territórios. Além do mais, estes espaços, sobretudo os núcleos que assumiam papel de liderança nesta nova rede regional, passaram a receber os próprios senhores de terra que, ampliando suas atividades econômicas (eram, sobretudo financistas e banqueiros) e seus horizontes culturais com os modismos modernos e "civilizados" passaram a optar por estabelecerem residência em palacetes citadinos.

Outra dinâmica regional importante no período em tela e já mencionada faz referência à opulência do norte fluminense capitaneada pela cidade de Campos dos Goytacases, significativa área produtora de açúcar e gêneros diversos voltados para o abastecimento interno da Província. Chrysóstomo (2006) discute a produção da rede urbana na província no contexto de afirmação da política centralizadora do Império, identificando o papel assumido pela antiga cidade no comando político, econômico e social da região. A autora assume o pressuposto de que este núcleo constituiu-se em espaço privilegiado de legitimação do poder estatal e, nesse sentido, a política administrativa do Estado também pode ser entendida como uma política de ordenamento territorial nos espaços urbanos. O texto investigou os aparatos administrativos instalados na cidade e em seus distritos e freguesias voltadas para o controle produtivo, político e social da população. Esta rede de poder, materializada em uma rede urbana que conectava Campos e sua hinterlândia à capital do Império, subjogando a região, demudou as relações estabelecidas em seu interior e denotava o recorte regional das políticas de então.

Por fim, ressaltamos que tais dinâmicas de base urbano-regionais trazidas pelo texto (o norte fluminense capitaneado por Campos, o “sertão d’oeste”, a espacialização das medidas de administração territorial como o instituto das freguesias e comarcas, o retalhamento da província através de grandes propriedades e os caminhos abertos para conexão entre estas, os núcleos urbanos e a capital) envolviam grupos de poder localizados em diferentes espaços da província e impunham uma dinâmica territorial que confirmará a instalação dos semióforos da nação, como aqui apresentados.

Tais dinâmicas foram responsáveis pela instalação de diversos aparatos administrativos de controle político e de veiculação de ideias (tais como escolas, cadeias, distritos eleitorais, mercados, sedes policiais, tribunais, hospitais, postos de fiscalização de rendas) que efetivamente asseguraram o controle do território por parte dos “nobres” do império. Controle este exercido a partir do alcance regional (possível através de “fixos” e “fluxos” como ressaltamos oportunamente) dos instrumentos políticos e ideológicos a serviço do projeto aqui engendrado de nação e que se localizavam preferencialmente nos espaços urbanos constituídos para tal finalidade.

Todas estas questões, que ressaltam das análises do “enquadramento espaçotemporal” adotado no texto, evidenciam, a nosso ver, a importância dos conceitos de cidade e de região para o estudo do espaço fluminense no tempo pretérito imperial e confirmam a necessária continuidade de pesquisas geográficas sobre a relação Estado, oligarquias rurais e configuração espacial em tempos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dinâmicas territoriais que evocam as escalas geográficas do urbano e do regional foram aqui elencadas e observadas em conjunto para percebermos o processo mais amplo de controle da província fluminense. Mais, tais dinâmicas foram investigados de maneira a considerar as especificidades do estudo sobre o espaço em tempos pretéritos, visto ser o período imperial o recorte temporal da pesquisa apresentada. Assim, buscamos analisar ações “planejadoras” do território e observamos tal questão a partir de um viés que se junte aos esforços por uma geografia histórica do atual estado do Rio de Janeiro.

No caminho indicado para o texto, buscamos contextualizar nossos objetos de pesquisa (materialidades espaciais, ideias e ordens) em um cenário maior do país e as determinações geográficas de sua formação, notadamente o processo explicativo a respeito da nossa formação territorial em meio à nação pretendida.

Na província fluminense, observamos a constituição de um poder administrativo como garantia de disseminação dos interesses de determinados grupos que, por sua vez, expressaram tentativas de ordenação do território e da sociedade. Aliado aos outros mecanismos de dinâmica do território trazidos no texto (abertura de caminhos, aparatos de ensino, de fiscalização de receitas, limites jurisdicionais, etc.), o texto ressaltou a subjugação de recortes regionais a determinadas dinâmicas urbanas por natureza.

Reafirmamos que, no nosso texto, os distintos níveis de acessibilidade em diferentes regiões denotavam um embrionário processo de divisão espacial do trabalho que indicava, na escala da província, a existência de um comércio interno e do surgimento de um processo de urbanização, e, em escalas maiores, a confirmação do uso seletivo de espaços articulados à expansão do capitalismo europeu e a confirmação do papel do Brasil como ofertador de matérias-primas na divisão internacional do trabalho que se consubstanciava. Novamente na escala provincial, vimos que a dinâmica urbana e a alocação das infraestruturas administrativas a seu serviço consolidaram o poder político dos agentes econômicos mais importantes relacionados às atividades agrícolas, comerciais e manufatureiras. Foram também determinantes para o fortalecimento estatal na regulação dos fluxos e na ampliação de sua rede administrativa.

O caso da província fluminense nos permite investigar sobre a configuração de uma rede (simples, é verdade) e seus nós e sobre a importância das suas cidades e vilas, seus momentos de apogeu e de declínio, em alguns casos. Tal perspectiva nos permite entender, no pretérito, algumas das causas das configurações seguintes do território analisado, chegando até a nos ajudar a entender, por exemplo, a constante desarticulação estabelecida entre o interior do Estado do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana (o que poderia, inclusive, fomentar novas e futuras frentes de pesquisa).

Por ora, marquemos que os conceitos de cidade e de região se imbricam na nossa pesquisa histórica em Geografia e que a ideia de instrumentos técnicos disponíveis a cada momento nos permite elencar materialidades constituídas pelos representantes do poder vigente em suas estratégias de controle territorial. Assim, tal caminho investigativo nos permitiu afirmar o caráter regional que as cidades detinham no contexto da província fluminense e, em última análise, do próprio Estado imperial brasileiro. Discutir cidade naquele momento era discutir região.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *GeoUSP*, n.7, Universidade de São Paulo, 2000.
- ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. (27-54). In: Fridman, Fania; Haesbaert, Rogério (orgs). *Escritos sobre espaço e história*. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2014.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: ÁTICA, 1989.
- BARMAN, Roderick. *Brasil: a formação de uma nação (1798/1852)*. Stanford: STANFORD UNIVERSITY PRESS, 1988.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. (117-140). In: Castro, Iná Elias de et. al. (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1995.

- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: PERSEU ABRAMO, 2000.
- CIDE (Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro). *Estado do Rio de Janeiro: Território*. Rio de Janeiro: CIDE, 1998, 2ª ed.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. (183-196). In: Corrêa, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2006.
- COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: CONTEXTO, 2001, 10ª ed.
- CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. *Idéias em ordenamento, cidades em formação: a produção da rede urbana na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2006. (Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)
- FRIDMAN, Fania. *Os donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR/GARAMOND, 2017, 3ª ed.
- FRIDMAN, Fania. As cidades e o café. VI Congresso Brasileiro de História Econômica. *Anais...* Conservatória, 04 a 07 setembro de 2005.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: EDITORA DA UFRJ, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. São Paulo: DIFEL, 1962.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MACEDO, Valter Luiz de. *Província fluminense: um território a serviço da nação*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2008. (Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional).
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado 1842/1889*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2005. (Tese de Doutorado)
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994, 3ª ed.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: ANNABLUME, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP, 2004. 4ª ed.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaçotemporais. *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], 1, posto online em 05/11/2012. <<http://terrabrasilis.revues.org/246>>